



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL  
PARA ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DECORRENTE DE  
FLUXO MIGRATÓRIO PROVOCADO POR CRISE HUMANITÁRIA**

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte, iniciou-se a décima terceira reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, na sala noventa e sete, quarto andar do Palácio do Planalto. Estavam presentes os membros e/ou suplentes do Comitê Federal de Assistência Emergencial, além de demais participantes, conforme lista de presença anexa: Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, Sérgio José Pereira; Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Heitor Freire de Abreu; Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Tercio Issami Tokano (por videoconferência); Secretário-Especial de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Fábio Mendes Marzano (por videoconferência); Secretário-Executivo do Ministério da Educação, Victor Godoy Veiga; Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco; Secretário Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, Tiago Pontes (por videoconferência); Secretária-Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Tatiana Alvarenga; Adriano Azevedo, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O **Secretário-Executivo da Casa Civil, Sérgio José Pereira**, iniciou a reunião justificando a ausência do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Walter Souza Braga Netto, em virtude de outros compromissos, razão pela qual estava ali, como primeiro suplente, na coordenação da reunião. Por conta de outra reunião, informou que precisaria sair antes do encerramento. Informou também os objetivos da reunião: 1) aprovar as Atas da 11ª e da 12ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial; 2) balanço das atividades da Operação Acolhida; 3) informes gerais sobre as pautas em andamento; 4) encaminhamentos finais. Em seguida, passou à apreciação das Atas da 11ª e da 12ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial. Acerca do assunto, informou que ambas as minutas haviam sido enviadas aos representantes do Comitê em setembro passado, e recebidas até o dia 7 de outubro de 2020. Como não houve manifestação de alteração, as atas foram consideradas aprovadas. Logo após, passou a palavra ao Coordenador Operacional no Estado de Roraima, General Antônio Manoel de Barros, para apresentação do balanço das atividades da Operação Acolhida. O **Coordenador Operacional no Estado de Roraima, General Antônio Manoel de Barros**, iniciou sua apresentação abordando os principais focos da Operação Acolhida em 2020/2021: questão indígena, interiorização, ocupações espontâneas e recursos, e outras questões, relacionadas a comunicação e fluxo de informações, plano de contingência, plano de reestruturação e transição e Covid-19. Disse que as ocupações espontâneas existentes, no total de onze, eram algo que depunha contra a Operação



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL**

Acolhida. Manifestou preocupação com os recursos previstos para 2021, da ordem de R\$ 90 milhões, por ter a ver com a efetividade e a transição. Defendeu a adoção de uma tabela única de banco de dados e informou que o Plano de Contingência está sendo reformulado e que deverá ficar pronto em dezembro de 2020. Disse também que o processo de reestruturação e transição está sendo construído juntamente com a Casa Civil da Presidência da República. Passou então a tratar dos três eixos da Operação Acolhida: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização. Em relação ao ordenamento, destacou que a Força-Tarefa organizou a fronteira, apresentando dados referentes ao fluxo de entrada de venezuelanos por Pacaraima nos últimos três anos. Em termos de abrigamento, disse que deverá haver um reajustamento dos onze abrigos atualmente existentes, de modo a adequá-los à capacidade utilizada, que hoje é de cerca de 67%. Por essa razão, quatro abrigos não indígenas deverão ser desativados, sendo que um deles deverá ser transformado em abrigo indígena. No que diz respeito à interiorização, teceu comentários sobre as quatro modalidades existentes: vaga de emprego sinalizada, institucional, reunificação familiar e reunião social. Disse que em setembro de 2020 foram interiorizados 1.300 venezuelanos, superando a meta estabelecida a partir da Covid. Alertou que há também um público mais vulnerável, que exigirá um melhor acompanhamento. A esse respeito destacou o papel dos Núcleos Regionais de Interiorização (NURINs) e seus diversos atores, no âmbito da estratégia de interiorização. Em seguida, ressaltou a importância da capacitação e da educação, começando pelo idioma, e a contribuição que o Ministério da Educação tem a oferecer em relação a esse tema. Disse que a questão das ocupações espontâneas está andando bem, ressaltando que o papel da Operação Acolhida reside em acolher as pessoas. Ao abordar a questão da Covid, observou tratar-se de uma crise dentro de outra crise, iniciada em março de 2020, com cerca de 12 mil pessoas sob a responsabilidade direta da Operação Acolhida. Disse que na ocasião foi feito um termo de cooperação com o Estado de Roraima, a Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Universidade Federal de Roraima. Explicou o motivo da Operação Acolhida ter se envolvido com Hospital de Campanha, destacando a contribuição recebida de todos os Ministérios e de todas as instituições envolvidas. Em seguida, apresentou dados de controle epidemiológico dos imigrantes venezuelanos sob responsabilidade da Operação Acolhida. Disse que o índice de contaminação entre os venezuelanos foi baixíssimo. Além disso, forneceu uma visão geral da Área de Proteção e Cuidados (APC), entendendo-se por área de cuidados o Hospital de Campanha, e de proteção, a área destinada ao isolamento. Adicionalmente, apresentou alguns dados de atendimento, incluindo indígenas, bem como as próximas fases do processo. A propósito da transição, disse que os detalhes estão sendo definidos em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, envolvendo quatro eixos de ação: processos; pessoal; infraestrutura; e manutenção e patrimônio. Destacou que a grande preocupação consiste em manter a sua efetividade. Quanto aos eixos, esclareceu que o relativo a processo se refere ao aperfeiçoamento que já está acontecendo no



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL

âmbito do Sistema Acolhedor, com o desenvolvimento de um banco de dados único, que deverá estar pronto até dezembro de 2020. Continuou informando que com isso será possível dispor de dados em tempo real sobre quaisquer temas considerados relevantes, tais como abrigamento e interiorização. Encerrou lembrando que a transição envolve a atribuição de tarefas aos diversos órgãos e que é necessário buscar essa coordenação e sinergia para se ter efetividade. O **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, agradeceu ao Coordenador Operacional da Operação Acolhida, General Antônio Manoel Barros, pela apresentação, e informou ter recebido um pedido para uma intervenção extemporânea, passando a palavra ao Coronel Adriano Azevedo, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O **Coronel Adriano Azevedo, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, disse perceber uma necessidade de melhoria quanto à divulgação dos resultados da Operação Acolhida, de modo a torná-la conhecida, tanto no Brasil quanto no exterior. O **Coordenador Operacional no Estado de Roraima, General Antônio Manoel de Barros**, solicitou à Casa Civil da Presidência da República que toda a comunicação passe a ser autorizada pela Operação Acolhida, de modo a garantir a sua efetividade. Em seguida, o Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu, passou a palavra ao Subchefe Adjunto Executivo da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Ronaldo Navarro, para informes gerais sobre as pautas em andamento. O **Subchefe Adjunto Executivo da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Ronaldo Navarro**, informou estar incumbido da secretaria executiva do Comitê Federal de Assistência Emergencial. Disse que nesse período de pandemia três temas muito específicos estão sendo trabalhados: I - venezuelanos de origem indígena; II - Área de Proteção e Cuidados – APC; e III – plano de reestruturação e transição da Operação Acolhida. Explicou que todos os temas estão sendo trabalhados paralelamente, com prioridade para o tema II – Área de Proteção e Cuidados – APC. A esse respeito, aproveitou para agradecer à Secretária Especial de Assuntos Federativos, da Secretaria de Governo da Presidência da República, Deborah Arôxa, e sua equipe, pelos contatos realizados junto à Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR e ao Governo do Estado de Roraima, com vistas à desmobilização gradativa da Área de Proteção e Cuidados – APC, nos termos do planejamento proposto pela Força-Tarefa Logística Humanitária. Passou então a tratar de outro ponto específico, referente às reuniões realizadas com o Ministério da Defesa, com o propósito de analisar diferentes aspectos do modelo de reestruturação e transição. Disse também que esteve no dia anterior com a Secretária-Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Tatiana Alvarenga, e que está propondo a criação de um grupo de discussão interministerial temporário, com duração de 120 dias, para estabelecer e executar um projeto específico sobre os venezuelanos indígenas em Pacaraima e Boa Vista, no Estado de Roraima, a ser coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL

Humanos, em função de uma demanda específica direcionada para essas duas localidades. Informou que está sendo renovado o Protocolo de Intenções entre o Comitê Federal de Assistência Emergencial e a Confederação Nacional dos Municípios – CNM, com a participação da Secretaria de Governo da Presidência da República e de organismos internacionais (ACNUR, OIM e UNFPA), de modo a manter o excelente apoio dos municípios na estratégia de interiorização. Em seguida, o **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, fez menção à participação de autoridades, dos Ministérios da Cidadania, da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores, por videoconferência, e indagou se, antes de passar às considerações finais em nome do Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, alguém gostaria de realizar alguma consideração, passando então a palavra à Secretária-Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Tatiana Alvarenga. A **Secretária-Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Tatiana Alvarenga**, destacou que numa transição é importante deixar registrada a marca do governo numa política de Estado exitosa como a Operação Acolhida. Sugeriu também que seja retomado o trabalho de divulgação no âmbito internacional, recordando o sucesso absoluto de uma missão de que participou junto à União Europeia, com o objetivo de atrair mais recursos. Ressaltou ainda a contribuição da Operação Acolhida para a saúde local. A respeito da proposta de criação do grupo de discussão interministerial, reiterou a disponibilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em colaborar. Disse que está prevista uma visita na última semana de outubro, envolvendo a equipe do MMFDH, FUNAI e SESAI, inicialmente voltada para ações pontuais, sendo que a proposta é que se tenha um grupo de trabalho que traga uma solução definitiva quanto ao tratamento a ser dado aos indígenas venezuelanos. A propósito do grupo de discussão, comentou que a ideia é que os primeiros três meses sejam dedicados à realização de um diagnóstico, um estudo sociocultural e jurídico, e o período restante a um plano operacional, com análise de soluções e início de implementação. Continuou informando que a proposta seria contemplar a Casa Civil da Presidência da República, por ser importante o apoio da SAM, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da FUNAI, que já se colocou à disposição para ajudar, a despeito da limitação jurídica, a SESAI, pela contribuição que tem a oferecer, o Ministério da Cidadania, pela rede socioassistencial, a SEGOV-PR, tanto pela articulação federativa quanto social. Disse que nesse diagnóstico ou numa pesquisa junto à comunidade, dependendo do que for definido, se serão ouvidas lideranças ou cada família, o ACNUR poderia atuar como braço operacional do referido grupo. Disse também haver um dilema em relação ao tratamento a ser conferido aos indígenas venezuelanos, tendo em vista os aspectos jurídicos envolvidos e o cuidado que se deve ter na condução desse tema. O **Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Tercio Issami Tokano**, complementou dizendo ter conversado com o Presidente da FUNAI e que, apesar das limitações jurídicas, é possível



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL

a entidade auxiliar, inclusive em questões de relacionamento cultural e intercultural, dada a expertise dela na temática, estando à disposição para construir parcerias para ajudar na recepção, no tratamento e na acolhida aos indígenas estrangeiros. A **Secretária-Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Tatiana Alvarenga**, concordou com o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, esclarecendo que a ideia é que a FUNAI colabore e até mesmo coordene, com esse olhar, o estudo antropológico, sociocultural e jurídico. Disse também que a ideia seria fazer uma reunião na semana seguinte envolvendo a FUNAI e esse grupo já oficializado. Em seguida, a **Secretária Especial de Assuntos Federativos, da Secretaria de Governo da Presidência da República, Deborah Arôxa**, informou que está sendo construindo um guia para preparação aos novos prefeitos, chamado Guia do Prefeito Mais Brasil. Disse que seria importante para sensibilizar os novos prefeitos que fosse feito um vídeo sobre a Operação Acolhida. O **Coordenador Operacional no Estado de Roraima, General Antônio Manoel Barros**, comentou que iriam conversar sobre esse assunto no dia seguinte, ressaltando a importância da sinergia nas ações de interiorização. Em seguida, o **Secretário Especial de Articulação Social, da Secretaria de Governo da Presidência da República, Georges Feres Kanaan**, lembrou que era a primeira vez que a SEGOV-PR participava de uma reunião do Comitê Federal, destacando que a Secretaria, além da competência legal pela articulação com parlamentares, é responsável, também, pela articulação com os entes federativos, movimentos sociais, organismos internacionais no país e sociedade civil, entendida como federações, cooperativas, OSCs, etc. Disse estar pronto para contribuir e que a transição é vista como prosseguimento e não como desmobilização, posto que a atenção à população venezuelana será mantida, mas fora de um contexto emergencial e dentro das ações contínuas das diferentes políticas públicas. Disse ainda que seis servidores da Secretaria Especial de Articulação Social irão visitar a Operação no dia 15 de outubro. A **Secretária-Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Tatiana Alvarenga**, propôs ao Secretário Especial, Georges Feres Kanaan, que as datas sejam conciliadas, de modo a estarem juntos com a outra equipe na última semana de outubro. O **Coordenador Operacional no Estado de Roraima, General Antônio Manoel Barros**, pediu a palavra para colocar dois pontos: primeiro, em relação à transição, disse acreditar que haverá um fortalecimento da Operação Acolhida, sendo necessário entender a característica de cada Ministério. O outro refere-se à questão indígena. A esse respeito, disse ter enviado em fevereiro um documento à Casa Civil da Presidência da República com quatro eixos e dezoito ações. Ressalvou não ter a pretensão de dizer que o documento está terminado, mas informou que irá conversar sobre isso com a Secretária Tatiana Alvarenga, que participa desse processo, de modo a que se possa dar continuidade a esse assunto. O **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, agradeceu ao General Barros, e disse que iria fazer as vezes do Secretário-Executivo e também passar algumas diretrizes que recebera



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL**

do Ministro. Em primeiro lugar, lembrou que a Casa Civil é coordenadora de todo esse processo e que estiveram com General Barros e verificaram três grandes eixos de atuação: a) transição da Área de Proteção e Cuidados, haja vista que no final do ano, mais precisamente em novembro de 2020, o contrato será encerrado; b) indígenas; e c) reestruturação da Operação Acolhida, prevista para o final de 2021. Recomendou que esses três pilares sejam tratados como projetos, por não acreditar em nada diferente disso. Acerca dessa recomendação, comentou que projeto tem início, meio e fim, que projeto tem meta, que projeto tem kpi, que projeto tem objetivo, de modo que se pode verificar se está dando certo ou não. Nesse sentido, a diretriz é que se trabalhe como projeto esses três pilares. Orientou também que a Casa Civil e os demais que se dispuserem a ir ao local fiquem mais próximos dessa Operação, para que conheçam, decidam ou pelo menos assessorem algo que realmente conheçam. Disse ainda que a vinda mais vezes do General Barros também facilitará o trabalho, por conhecer profundamente a Operação. Disse também que está sendo refeita uma portaria de fronteiras, que deverá ser publicada na semana seguinte. Outro ponto a ser cuidado no projeto de transição da APC, diz respeito a doadores. Disse que se houve doação com finalidade específica para um ente específico, é muito importante consultar quem doou, por escrito, e verificar se eles continuam mantendo aquela finalidade e se eles aceitam uma outra pessoa fazer uso daquilo que foi recebido. Recomendou também cuidado com os contratos com os receptores e com a comunicação. A propósito desta última orientação, lembrou a publicação da Resolução nº 12/2020, que trata não apenas da Secretaria Executiva do CFAE, mas também das Assessorias de Comunicação e a Gestão de Informação do Comitê Federal. Sendo assim, sugeriu que toda a parte de comunicação passe, por agora, por essa assessoria de comunicação. Outra preocupação do Comitê refere-se ao cronograma físico do que vai ser feito, razão pela qual solicitou ao Subchefe Adjunto Executivo da SAM, Ronaldo Navarro, que seja feito a várias mãos um projeto para cada um dos três eixos. Por fim, mencionou a questão do legado, que talvez seja uma oportunidade muito grande da Operação Acolhida deixar como um de seus legados as melhores práticas para esse tipo de operação. A esse respeito, disse ter sido procurado no dia anterior pela ESG para fazer um case sobre a Operação Acolhida. Disse ainda ser importante não perder de vista este ponto, até para que as pessoas lá na frente quando participem desse tipo de operação entendam que no início ela tem um viés militar muito forte, por ser uma crise, uma emergência, e depois ela vai decrescendo, passando para os civis, o que não significa o fim das ações, mas, ao contrário, a sua maturidade. Explicou que a Operação Acolhida está passando por uma fase em que as coisas mais críticas já foram resolvidas, e vai se transformando, no que se espera lá na frente, em uma política pública. Lembrou que o General Barros falou de dados e ressaltou a importância da Operação Acolhida dispor de um banco de dados, seja ele estruturado ou não estruturado. Esclareceu que ambas as coisas são relevantes, e que quando se refere a não estruturado não quer dizer desorganizado, uma vez que a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL

Operação Acolhida certamente dispõe de dados não estruturados. Disse ainda que talvez isso seja um legado fundamental. Sugeriu a realização de um workshop com essa finalidade e destacou que nem sempre o legado é algo tangível, que pode ser também algo intangível. Agradeceu em nome do General Sérgio e do próprio Ministro, ressaltando a importância de se construir a várias mãos, num trabalho sem protagonismo e colaborativo, trabalho realmente de várias pessoas, propostas para se fazer frente a esses três desafios: a) a transição da APC; b) o que será feito para beneficiar os indígenas que estão lá e que precisam do apoio dos governos federal, estadual e municipal; e c) a própria reestruturação da Operação Acolhida, que, como destacado, continua de uma outra forma. O **Coordenador Operacional, General Antônio Manoel Barros**, reforçou que o plano é de reestruturação e transição, isto é, reestruturar para melhorar e fazer a transição a quem o Estado achar que deve ser feito. O **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, agradeceu mais uma vez a todos e encerrou a reunião.

Brasília/DF, 8 de outubro de 2020.